

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.390 - SC (2019/0025578-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : NILZA ARAUJO SOUZA
RECORRIDO : PAULO NAZIAZENI SOUZA
ADVOGADO : FLÁVIO ANITO DE SOUZA - SC027775

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E ADMINISTRATIVO. OCUPAÇÃO DO SOLO. USUCAPIÃO. ART. 9º, § 1º, INCISO XIV, DO RISTJ. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. ENVIO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra acórdão, assim ementado (e-STJ, fls. 226-227):

CONSTITUCIONAL. DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO (NORMAS RELACIONADAS COM A OCUPAÇÃO DO SOLO). USUCAPIÃO. PRETENSÃO JULGADA PROCEDENTE. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO DESPROVIDO.

01. Na interpretação e na aplicação do ordenamento jurídico o juiz deverá sopesar "os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil" (CPC, art. 1º). Deverá resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana e observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (CPC, art. 8º).

No princípio da "dignidade da pessoa humana" assenta-se a construção doutrinária em torno do direito ao "mínimo existencial" - expressão que designa "um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança" (AgRgAgRE n. 639.337, Min. Celso de Mello).

02. Ao julgar o Recurso Extraordinário n. 422.349, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, "preenchidos os requisitos do art. 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel (dimensão do lote)" (Min. Dias Toffoli).

Todavia, foi ressalvado que essa compreensão não importa em reconhecimento da inconstitucionalidade de lei municipal que,

disciplinando o parcelamento do solo, estabelece "módulo mínimo" para imóvel urbano.

03. À luz dessas premissas, é forçoso concluir que: I) "a sentença que, por força da usucapião, declara o direito à 20 propriedade do imóvel, servindo de 'título para o registro no 2, Cartório de Registro de Imóveis' (CC, art. 1.238), não desobriga o usucapiente do cumprimento da legislação municipal atinente à ocupação do solo e às normas edilícias, salvo em ocorrendo a situação prevista no art. 183 da Constituição da República" (AC n. 0000601 -64.2011.8.24.0167, Des. Newton Trisotto); II) "satisfeitos os requisitos da usucapião extraordinária, impõe-se a declaração de aquisição da propriedade, não obstante irregularidade referente às normas de parcelamento de solo urbano, haja vista a boa-fé dos postulantes" (AC n. 2015.063487-6, Des. Gilberto Gomes de Oliveira); III) "a legislação restritiva acerca do parcelamento; do solo não pode se sobrepor ao mandamento constitucional amparando a função social da propriedade, principalmente se verificados todos os requisitos para a propositura da ação de usucapião" (AC n. 0002273-44.2010.8.24.0167, Des. João Batista Góes Ulysséa).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 272-287).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 292-305), o recorrente alega violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 1.242 do Código Civil e 18 da Lei n. 6.766/1979.

Sustenta, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional, que no caso trata-se de usucapião extraordinário e a falta de observância à legislação de parcelamento de solo urbano.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 344).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 338-339).

Brevemente relatado, decido.

A controvérsia do presente recurso consiste em aferir se estão presentes os requisitos para o reconhecimento do usucapião extraordinário sobre loteamento público irregular.

Verifica-se, dessa forma, que cuida-se de matéria de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em casos semelhantes ao dos autos, as Turmas que compõem a Primeira

Superior Tribunal de Justiça

Seção já se pronunciaram, como se colhe dos seguintes precedentes a título exemplificativo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. BEM PÚBLICO. TERRENO DE MARINHA. USUCAPIÃO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Hipótese em que o Tribunal regional consignou (fls. 445-446, e-STJ): "Inicialmente, cumpre destacar que o bem objeto da ação é, de fato, caracterizado em sua totalidade como terreno de marinha"; "Os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens da União, nos termos do art. 20, VII, da Constituição Federal em vigor. Em sendo assim, de acordo com os arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ambos da Carta Magna, não podem ser usucapidos"; e "(...) verifico que o terreno cujo domínio útil a apelante pretende usucapir não possui aforamento, concluindo que a ocupação é irregular, não sendo possível a aquisição da propriedade na forma ora requerida".

2. Inicialmente, não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos dispositivos legais invocados, uma vez que não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

3. Além disso, a título de complementação, deduz-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp n. 1.743.548/AL, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 16/11/2018).

Ante o exposto, determino o encaminhamento dos autos à Secretaria Judiciária para redistribuição do processo a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator